

INSTITUIÇÕES ESCOLARES: POR QUE E COMO PESQUISAR¹

Paolo Nosella

Ester Buffa

Docentes do PPGE da UNINOVE e da UFSCar

A história, como os historiadores bem sabem, e em contraste com a opinião corrente, não dá lições, não dita regras de ação, não diz a ninguém o que deve fazer; mas, somente ajuda, um pouco, a compreender o que somos, deixando-nos inteira a responsabilidade de escolher, depois de nos ter colocado na posição um pouco mais elevada, com a possibilidade de um horizonte de observação mais aberto. O resto depende da liberdade e da sabedoria dos homens, depende de suas opções, de sua generosidade, mas também, infelizmente, de seus egoísmos e de seus medos. (P.SCOPPOLA, in PIGHIN, B.F.,2004,p.VII).

1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS²

Os estudos sobre instituições escolares desenvolveram-se, sobretudo, a partir dos anos 1990. Entretanto, esse tipo de estudo, embora esporádico, surgiu antes disso. Numa retrospectiva do desenvolvimento dos estudos históricos da educação no Brasil, que são relativamente recentes, feita por Monarcha (2007) e, também, por nós mesmos, é possível distinguir três momentos.

No primeiro momento, situado nas décadas de 1950 e 1960, portanto, num período anterior à criação dos programas de pós-graduação, a produção historiográfica da educação brasileira, em particular paulista, desenvolveu-se na antiga Seção de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (FFCL/USP).

1 Este artigo é fruto do relatório final de pesquisa “História e Filosofia de Instituições Escolares: avaliação de uma linha de pesquisa”, CNPq – 2008. Foi publicado no livro *Cultura Escolar e História das Práticas Pedagógicas*, Editora Universidade Tuiuti do Paraná, ed. 1, 2008.

2 Na elaboração dos antecedentes históricos utilizamos as informações contidas no texto de Leonor Maria Tanuri (2005) publicado no livro organizado por Carlos Monarcha intitulado *História da educação Brasileira: formação do campo*. Utilizamos, também, informações da palestra proferida por Carlos Monarcha no I Colóquio de Pesquisa sobre Instituições Escolares, realizado na Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo, em 2004.

Em 1955, essa produção recebeu um novo impulso com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, um dos cinco Centros Regionais de Pesquisa criados pelo INEP, na gestão de Anísio Teixeira. O CRPE de São Paulo funcionava num prédio situado no câmpus da USP, o que facilitava sua integração com a FFCL. Conseqüência importante dessa integração foi o caráter político, sociológico e histórico presente nas pesquisas em educação dessa época. Não podemos esquecer que dois fatores relevantes contribuíram para essa caracterização que se sintetizou na expressão educação e sociedade. Referimo-nos ao processo de elaboração da LDB, aprovada em 1961, e à expansão do ensino superior, a partir de 1950, pelo interior do Estado, com a criação dos Institutos Isolados de ensino superior (futura UNESP).

Facilmente, pode-se imaginar como esses dois fatores criaram um ambiente efervescente de debates e publicações sobre a realidade educacional brasileira e a problemática da democratização do ensino. Esses debates ecoavam em importantes cidades do interior paulista, onde os estudos educacionais se desenvolviam. Dessa época, são sempre lembrados os nomes de professores tais como: Laerte Ramos de Carvalho, líder do grupo, Roque Spencer Maciel de Barros, José Mário Pires Azanha, Heládio César Gonçalves Antunha, João Eduardo Rodrigues Villalobos, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e, no interior do Estado, Casimiro dos Reis Filho (da FFCL de São José do Rio Preto) e Rivadávia Marques Júnior, Jorge Nagle e Tírsa Regazzini Peres (da FFCL de Araraquara).

Como já mencionamos, o grande tema de pesquisas do período era educação e sociedade. Mas, como lembra Leonor Tanuri, mesmo nessa época, foram realizados alguns estudos sobre instituições de ensino:

José Ferreira Carrato foi um dos poucos historiadores na época a se dedicar à história cultural e educacional, pois, em 1961, apresentou tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça, intitulada *As Minas Gerais e os primórdios do Caraça, e, em 1968, publicou Igreja, iluminismo e escolas mineiras coloniais*". (...) "o trabalho de Maria Aparecida Rocha Bauab, acompanhado de arrolamento de fontes escritas e de recursos iconográficos, analisou as dificuldades de

implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo". (TANURI, 2005, p.159-160).

O segundo momento, marcado pela criação e expansão dos Programas de Pós-Graduação em Educação durante os governos militares, situa-se nas décadas de 1970 e 1980. Duas características fundamentais qualificam a pesquisa em educação nesse momento: a institucionalização da pós-graduação que acarretou a escolarização da produção da pesquisa e a reação aos militares que propiciou o desenvolvimento de um certo pensamento crítico em educação.

Essas duas características têm aspectos positivos e negativos. O principal aspecto positivo da escolarização da pós-graduação manifesta-se no fato de que a produção do conhecimento (pesquisa) associou-se às atividades de ensino. Seu aspecto negativo é representado pelo burocratismo acadêmico que nivela, pelos títulos e diplomas, pesquisas de qualidade com outras menos significativas.

Quanto ao desenvolvimento do pensamento crítico, destaca-se, como ponto positivo, a leitura, pelos educadores desse momento, de importantes autores clássicos como Marx, Gramsci, Althusser, Foucault, Adorno, Bourdieu e outros que fecundaram o pensamento pedagógico com categorias até então desconhecidas. Infelizmente, porém, os estudos críticos desse momento, muitas vezes, reduziam-se a visões genéricas e paradigmáticas, secundarizando os objetos específicos da educação brasileira. Esses estudos refletiam, além disso, um acentuado idealismo e voluntarismo político decorrentes da urgência do processo de redemocratização. Enfim, estudava-se mais a sociedade do que a escola.

Temas como sociedade de classes, base material da sociedade, atividade ideológica, compromisso político e competência técnica, formação de professores, democratização da escola, reprodução simbólica, organização escolar, eram considerados os mais legítimos. O tema instituições escolares, se não ausente, era um pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral.

O terceiro momento, iniciado nos anos 1990, caracteriza-se pela consolidação da pós-graduação. É teoricamente marcado pela chamada crise dos paradigmas. Muitos historiadores criticavam os estudos sobre sociedade e educação por não conseguirem abarcar sua complexidade e diversidade e partiram para a proposta de um

pluralismo epistemológico e temático, privilegiando o estudo de objetos singulares. O aspecto positivo é representado pela ampliação das linhas de investigação, pela diversificação teórico-metodológica e pela utilização das mais variadas fontes de pesquisa. Mas, segundo alguns estudiosos, o que houve foi, na verdade, uma fragmentação epistemológica e temática que tem dificultado a compreensão da totalidade do fenômeno educacional. Mais ainda, estes estudiosos vêem, nessa crise paradigmática, um movimento anti-marxista e o abandono da perspectiva histórica.

É justamente nesse terceiro momento que são privilegiados temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, as instituições escolares. A nova história, a história cultural, a nova sociologia, a sociologia francesa constituem as matrizes teóricas das pesquisas realizadas nesse momento.

2. ESTUDOS ATUAIS E APRECIÇÃO GERAL

Hoje, os estudos de instituições escolares representam um tema de pesquisa significativo entre os educadores, particularmente no âmbito da história da educação. Tais estudos, realizados quase sempre nos programas de pós-graduação em Educação, privilegiam a instituição escolar considerada na sua materialidade e nos seus vários aspectos: o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles.

Os grupos de pesquisa sobre o tema das instituições escolares multiplicam-se nos vários programas de pós-graduação em educação. Também nos congressos de educadores são apresentados inúmeros trabalhos de pós-graduandos sobre as mais diversas instituições escolares de todo o país: públicas, particulares, religiosas, militares.

Quase sempre, os autores desses trabalhos pertencem a um grupo ou linha de pesquisa.

Em outros países como Portugal, França, Itália, Espanha, para citar alguns de nosso conhecimento, as pesquisas sobre instituições escolares têm se destacado. É preciso mencionar, ainda, os eventos, congressos, colóquios, seminários, que têm sido realizados sobre pesquisa de instituições escolares.

Além das inúmeras pesquisas sobre as mais variadas instituições escolares espalhadas pelo país, é preciso mencionar os estudos publicados como artigos de periódicos ou livros (muitas vezes coletâneas escritas por vários autores) sobre a investigação histórica de instituições escolares consideradas nos seus vários aspectos: teóricos, metodológicos, procedimentos, categorias, fontes etc. Entre os pesquisadores que têm publicado tais estudos podemos citar Saviani, Sanfelice, Gatti Júnior, Moura Nascimento, Noronha, Antonio Nóvoa, Justino Magalhães e outros, cujos textos estão mencionados nas referências.

O levantamento da produção escrita sobre a história de instituições escolares que efetuamos abrangeu o período compreendido entre 1971 e 2007. Consultamos o acervo de dissertações e teses defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação das seguintes universidades: USP, UNESP, UNICAMP, PUC/SP, PUC/RJ, UFRJ, UFMG, UFSCar, UFU, UNIMEP. Consultamos, também, os arquivos da ANPEd e do INEP e a base de dados Dedalus/USP. Foram ainda computados os trabalhos realizados pelo HISTEDBR, as comunicações inscritas no I Congresso Brasileiro de História da Educação, promovido pela Sociedade Brasileira de História da Educação e realizado em 2000; as comunicações inscritas no VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação realizado na UFU, Uberlândia, em 2006. Encontramos 306 textos que, segundo o objetivo principal da pesquisa, podem ser assim discriminados: 127 são dissertações de Mestrado; 28 são teses de doutorado; 18 são trabalhos de pós-graduação (não pudemos identificar exatamente a que se destinaram) e 133 foram classificados como outros, ou seja, incluem relatórios de pesquisa, monografias, livros e artigos de periódicos. Este levantamento representa uma amostra significativa que nos permite uma sistematização destes estudos.

Observando os dados do levantamento, é possível constatar, primeiramente, como já afirmamos, a grande quantidade de

pesquisas sobre história de instituições escolares, sobretudo a partir dos anos 1990, o que mostra a relevância atual deste recorte temático no âmbito da história da educação. Nos Congressos mencionados, o estudo de instituições escolares aparece como um dos eixos temáticos privilegiados.

Outra constatação importante é que todos os trabalhos são acadêmicos e a maior parte é constituída por dissertações de Mestrado. Este fato evidencia quem fala – professores e pós-graduandos - e o lugar de onde se fala – a academia, em especial os Programas de Pós-Graduação em Educação. Assim, tais investigações se revestem de uma natureza específica, pois seguem os critérios e são resultados das condições de produção da pós-graduação, a qual pretende ser rigorosa, uma vez que o rigor é exigência do saber científico, porém, todos sabemos, quase nunca é realizada em condições ideais. As dissertações, principalmente, apresentam deficiências de escrita, reflexo da escolarização básica e das dificuldades com o próprio fazer da pesquisa: o tempo curto, falta de bolsas, acúmulo de estudos com o trabalho, falta de arquivos e de boas bibliotecas.

O que se quer frisar é que toda essa produção, tanto a destinada à obtenção de títulos de mestre e doutor, como a apresentada nos Congressos e, ainda, os artigos publicados em periódicos e livros, é essencialmente acadêmica. Isto significa que os textos produzidos sobre a história e a filosofia de instituições escolares trazem as marcas, positivas e negativas, da pós-graduação do país.

Entre os aspectos negativos desta produção, podem-se destacar, inicialmente, o pouco tempo dedicado para cumprir todas as exigências da pós-graduação e o tempo menor ainda dedicado à pesquisa propriamente dita. Destacamos, ainda, as condições intelectuais dos estudantes: imaturidade, escasso capital cultural, quase nenhuma informação sobre o que é pesquisa (salvo as exceções dos bolsistas de IC), pouca leitura na própria área da Educação, o que os leva a propor, como tema de investigação, assuntos pouco relevantes ou já por demais explorados, sem que tenham consciência disso. Da mesma forma, influem, nesta produção, as condições materiais: poucas bolsas, conciliação do estudo com o trabalho, bibliotecas precárias, arquivos, mesmo os escolares, sem condições de uso, etc. Até mesmo os artigos em periódicos, as comunicações em congressos, os capítulos de livro que compõem coletâneas

organizadas a partir de eventos realizados, padecem destes males que acometem a produção acadêmica.

Como se isso fosse pouco, há, ainda, a pressão das agências de fomento (mas, sem elas, as coisas seriam muito piores) e das avaliações da pós-graduação para que as universidades em geral e os Programas de Pós-Graduação em particular aumentem sua produtividade, publicando textos em periódicos, ou apresentando paper em congressos, já chamados no jargão acadêmicos de “qualificados” numa referência ao Qualis, programa que classifica em diferentes níveis de qualidade e prestígio, os periódicos e eventos de cada área de conhecimento.

O resultado disso tudo é uma produção acadêmica pouco inovadora, muitas vezes marcada por interpretações vagas e abrangentes ou por particularismos curiosos, escritos laudatórios etc. Em suma, esta produção, no mais das vezes, percorre caminhos já traçados e não consegue contribuir para a consolidação e o aprofundamento de áreas do conhecimento, de linhas de pesquisa e do debate teórico-metodológico. Como se vê, o jargão “publique ou morra” expressa uma política acadêmica nem sempre amiga da qualidade.

Há, contudo, exceções: professores/pesquisadores mais amadurecidos, com experiência em ensino e pesquisa, que pretendem dar uma contribuição efetiva para uma melhor compreensão da educação brasileira e, assim, quem sabe, contribuir para sua transformação. Estes são, geralmente, autores conhecidos que, nos seus escritos, focalizam as questões de fundo, isto é, as questões teórico-metodológicas da pesquisa sobre instituições escolares. Este é, sem dúvida, um aspecto altamente positivo da produção acadêmica. Há outros aspectos positivos: mesmo quando a produção é mais reiterativa do que inovadora, os pesquisadores de instituições escolares acabam organizando o acervo documental da escola cuja história e cuja memória estão recuperando. Todos sabemos em que condições se encontram os documentos antigos da maioria das escolas: depositados numa saleta que não apresenta condições de uso, às vezes, num banheiro quebrado, disputando espaço com poeira, ácaros, restos de material inútil etc. Conhecemos alguns pesquisadores que estão higienizando e organizando a documentação do arquivo da escola, muitas vezes, com apoio de agências de fomento à pesquisa, preservando assim o que resta da memória.

Destaca-se, ainda, a organização de material iconográfico, de objetos e móveis escolares e também a produção de documentos a partir de entrevistas realizadas com atores significativos da escola em questão como ex-dirigentes, ex-professores, ex-alunos etc. Todo este trabalho tem colocado documentos importantes para o conhecimento da nossa escola em condições de consulta por vários outros pesquisadores e isto é muito importante.

Por tudo isso, mesmo com as limitações apontadas, reconhecemos que o mundo acadêmico, a partir dos anos 1990, produziu um notável conjunto de pesquisas sobre instituições escolares, cujo valor social e cultural é notável. Analisando este conjunto de estudos sobre Instituições Escolares a partir do grau escolar do Estatuto Jurídico e de sua natureza institucional, concluímos que as instituições mais antigas e socialmente mais prestigiadas são as mais estudadas, como por exemplo, as de ensino superior, as escolas normais, as escolas confessionais (principalmente, femininas) e as escolas de referência, como o tradicional Colégio Caraça, o Seminário de Olinda, o Colégio Pedro II, a Escola Normal de São Paulo, etc. As escolas de formação para o trabalho e as mais modestas destinadas à população carente, como escolas comunitárias ou de caráter assistencial, estão pouco representadas. Os grupos escolares tornaram-se, recentemente, objeto de vários estudos, provavelmente como reação à atual decadência do ensino fundamental público, comparado com o ensino primário das primeiras décadas do período republicano.

Além do tipo de escola estudada, há outros aspectos importantes a considerar: a motivação dos autores, a distribuição geográfica das instituições pesquisadas, o foco e as fontes das pesquisas.

O que mais nos interessa verificar nos estudos sobre instituições escolares é o referencial teórico e os procedimentos metodológicos utilizados pelos pesquisadores. Isso exige, naturalmente, uma leitura atenta dos estudos realizados. A leitura de vários estudos publicados e dos resumos de muitos revelou alguns indícios importantes relativos ao referencial teórico adotado. Frequentemente, há uma justaposição entre o referencial teórico proclamado e o posto em prática, isto é, falta articulação entre o referencial teórico e os dados empíricos coletados. Assim, na consideração das particularidades de uma dada instituição escolar, indispensável etapa do processo de investigação, escapa o movimento real da história que, às vezes, foi exposto

como independente da materialidade dos aspectos singulares. Em outras palavras, no texto, a sociedade que produziu a escola, fica esmaecida.

Nós defendemos uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural, dialeticamente relacionados. Desenvolvemos este tópico no artigo de Nosella e Buffa. (2005).

3. POR QUE PESQUISAR INSTITUIÇÕES ESCOLARES?

Responder a essa pergunta não foi tarefa fácil: obviamente, não se trata apenas de desenterrar histórias e vultos significativos do passado da instituição escolar que se quer estudar. Ainda que a busca do passado apresente sempre um sutil e instigante fascínio, nós não consideramos tal motivação suficiente para justificar tanto trabalho de pesquisa e tanto emprego de energias. Uma tal motivação, quando muito, pode alimentar, nos educadores, saudade de um passado que, freqüentemente, parece ter sido mais glorioso. De outro lado, estamos conscientes de que essas pesquisas como, aliás, qualquer outra, por si só, não formam educadores comprometidos com as transformações sociais desejadas, simplesmente porque não determinam o livre arbítrio dos homens. Entretanto, podem ser um instrumento para uma nova compreensão da escola, elevando, assim, o auto-conhecimento de seus profissionais ao estabelecerem comparações com outros e, portanto, aumentando a responsabilidade de suas opções.

Seria preciso, nesse sentido, verificar melhor o impacto que a leitura desse tipo de estudos produzia nos educadores, leitores dos mesmos. Com esse objetivo, coletamos vários depoimentos para verificar que tipo de influência essa leitura causava nos professores ou especialistas da escola relatada. Fez diferença na prática destes profissionais o fato de terem lido uma boa história da instituição em que trabalham?

Com esta preocupação, a equipe de pesquisa se propôs a identificar, nas escolas de São Carlos, professores e administradores que se dispusessem a nos conceder uma entrevista. Definimos como critérios preliminares que houvesse um livro publicado sobre a história daquela instituição e que o entrevistado, conhecedor deste livro, não fosse muito novato nem muito antigo funcionário da instituição. Assim, de quatro instituições, entrevistamos 12 professores

administradores, a saber: 3 da Escola Normal, hoje denominada E.E. Dr. Álvaro Guião; 3 da Escola Industrial, hoje denominada E.E. Paulino Botelho; 3 da Escola de Engenharia de São Carlos da USP e, finalmente, 3 do Parque Industrial de Alta Tecnologia de São Carlos (ParqTec).

Para realizar estas entrevistas, elaboramos um roteiro que iniciava pela trajetória escolar e profissional do entrevistado, mas que, fundamentalmente, pretendia verificar a repercussão que teve neles a leitura do livro que contava a história da instituição em que trabalham: se a forma de olhar a escola e se sua atuação profissional modificaram-se. As entrevistas foram realizadas pelos bolsistas de Iniciação Científica, seguindo um roteiro elaborado em equipe.

De posse desses depoimentos, realizamos o trabalho de análise das informações obtidas para responder à questão *a que serviu a leitura do livro*. Organizamos as respostas em alguns tópicos que são os seguintes:

- a. *Emocional-afetivo*: a leitura do livro provocou, em todos os entrevistados, uma reação positiva no nível da afetividade e do carinho pela escola. Um desdobramento do nível emocional é o sentimento de orgulho e de auto-estima de pertencer a uma instituição cuja história está sendo reconhecida. Por exemplo: ao ler o livro tive uma sensação muito agradável, uma sensação de orgulho, de alegria, uma satisfação muito grande de o lugar onde trabalho ter sido palco de histórias muito bem sucedidas. Um outro desdobramento deste nível é a satisfação de reconhecer familiares entre os personagens da escola: descobri que minha sogra fez este curso aqui na Industrial.
- b. *Responsabilidade e comprometimento*: se o nível emocional é o mais imediato, o da responsabilidade e do comprometimento é o mais relevante do ponto de vista da melhoria da prática pedagógica. Vários depoimentos referem-se à influência positiva que a leitura do livro sobre a instituição em que trabalham exerceu no sentido de descobrirem que aquela escola é alguma coisa que ultrapassa, em muito, sua relação individual e imediata. Exemplo: cada vez que leio um pouco da história, me sinto mais responsável por esta escola.
- c. *Conhecimento*: o nível cognitivo está também muito presente nos depoimentos. Os entrevistados afirmam que a leitura do livro ora complementa suas informações a respeito, ora confirma e

- mesmo aprofunda o que já sabiam. Exemplo: já tinha uma certa visão da história da escola, com este livro, aprofundei e fui para outro campo, não só o das memórias, das histórias de vida, das historinhas que se passaram dentro da escola, mas da razão de ser de tudo aquilo, dos motivos pelos quais a escola se fazia presente naquela época e dos motivos pelos quais aquelas alunas estavam lá dentro, estudando.
- d. *Prática pedagógica*: os relatos dos entrevistados mostram ainda que a influência da leitura do livro envolve não apenas o emocional e o cognitivo mas também a prática dos professores. O livro estimulou um professor a organizar um grupo de alunos interessados na história da escola: pretendo montar um grupinho de estudo sobre a história da escola (...) posso comentar isso dentro da sala de aula (...) levo, para os alunos, trechos interessantes do livro.
- e. *Preservação da memória*: um dos aspectos mais lembrados por todos refere-se à preservação da memória da instituição. Os depoimentos analisados mostram que os estudos históricos incentivam a organização de arquivos e museus escolares e, portanto, a preservação da memória da escola: temos que pensar no problema da documentação referente à escola; nosso objetivo é preservar seu acervo.
- f. *Relacionamento da escola com o público externo*: alguns depoimentos referiram-se ao fato de o livro sobre a escola tornar-se um instrumento de sensibilização do público. O livro pode ser usado para atrair os pais e a comunidade em geral e até mesmo para chamar a atenção de lideranças para as necessidades da escola: considero o livro como um cartão de visitas para que empresários e políticos possam conhecer a escola e, a partir da leitura, apoiar projetos da instituição (...) o conhecimento do histórico da escola permite ter maior fundamento para defender uma posição institucional em vários fóruns externos à escola.

Por que pesquisar instituições escolares? Não é uma pergunta retórica. De fato nem todos defendem tais pesquisas. Admitimos que, freqüentemente, pesquisadores inexperientes atiram-se aos arquivos de uma escola, realizam entrevistas, aplicam questionários, recolhem fotos e artigos de jornais da época e não sabem o que fazer com tudo isso. É a chamada sedução pelas fontes. Em outras palavras, neste tipo de pesquisa, é fácil entrar, mas difícil é sair da escola com alguma coisa significativa. Entretanto, defendemos a idéia de que

um relato bem elaborado que consiga articular adequadamente o geral com o particular é um instrumento importante para melhorar a educação. Os depoimentos dos nossos entrevistados confirmaram esta hipótese.

4. COMO PESQUISAR INSTITUIÇÕES ESCOLARES?

a. A escolha do objeto:

A primeira preocupação do pesquisador que pretende estudar uma instituição escolar é, obviamente, escolher o objeto do estudo. Quase sempre se trata de uma escola determinada, embora possa ser também um conjunto de escolas, como, por exemplo, as instituições de ensino primário ou do ensino técnico duma determinada época e numa dada região. A escolha do objeto de pesquisa definirá todo o trabalho seguinte. É importante que o pesquisador tenha pelo objeto uma relação de profunda empatia.

Nossa experiência demonstrou que as melhores pesquisas ocorreram quando a instituição escolar escolhida tem um significado social reconhecido, ou seja, quando se trata de uma instituição respeitada pela sociedade, devido à sua tradição, aos alunos que formou etc. Além disso, muitas vezes, o pesquisador escolhe como objeto de estudo uma escola que ele próprio ou pessoas da família freqüentaram. Reconhecemos que isto traz um certo risco: o envolvimento pode dar, ao estudo, um tom laudatório, pouco crítico. É importante, ainda, que a escola tenha densidade histórica, isto é, tenha demonstrado, no decorrer do tempo, a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique, nesta escola, traços significativos de sua própria história. Finalmente, é importante ressaltar que para a escolha do objeto é preciso ter garantido o livre acesso às fontes. Infelizmente, muitas vezes, por ciúme ou receio, as autoridades escolares não se dispõem a colaborar com o pesquisador.

Sabemos que um objeto de pesquisa nunca é dado; é construído. Ou seja, não é um pacote fechado que o pesquisador abre e investiga. É um conjunto de possibilidades que o pesquisador percebe e desenvolve, construindo, assim, aos poucos, o seu objeto. Por exemplo: diante de uma determinada organização do espaço escolar construído, o pesquisador pode inferir decisões, projetos, valorações, atribuição e exercício do poder; ou diante dos

livros de matrícula, pode inferir e descrever traços dos alunos que freqüentavam a escola; ou ainda, diante de trabalhos escolares, pode verificar as matérias estudadas e a qualidade do ensino ministrado. Enfim, a construção do objeto depende, de um lado, da formação, da experiência, da criatividade, dos valores do pesquisador e, de outro, da existência e do acesso às fontes. Ou seja, uma escola pode ser vista a partir de várias perspectivas, aliás, é isso que torna a história uma ciência aberta.

b. As Fontes:

A questão das fontes de investigação na área de História da Educação e, obviamente, na pesquisa com instituições escolares é das mais importantes e está intimamente relacionada às teorias da História, vale dizer, teorias do conhecimento. Conforme o referencial teórico adotado, o pesquisador privilegia fontes diferentes e também as interpreta a partir de diferentes enfoques e interesses práticos.

Pressupostos metodológicos e categorias de análise são imprescindíveis, porém insuficientes para a realização da pesquisa. É preciso ir a campo, coletar e selecionar as fontes primárias e secundárias. Em síntese:

- bibliografia pertinente – livros, revistas, boletins, monografias, memórias, dissertações, teses, relatórios, folder, sites etc;
- documentos do acervo da própria escola: atas, livros de matrícula, anuários, programas de disciplinas, fotografias etc;
- os jornais da época constituem fonte importante porque noticiam acontecimentos que compõem a memória;
- documentos da Câmara Municipal, dos arquivos ou museus e também de pequenos arquivos particulares;
- mapas, plantas, perspectivas;
- legislação pertinente;
- produção de fontes como a aplicação de entrevistas e questionários aos diferentes agentes da escola e a conhecedores da história local.

Nem sempre é necessário utilizar todas estas fontes. Em função dos objetivos específicos da pesquisa é possível e até desejável privilegiar umas e não outras. Há quem se interesse por escrever uma história da legislação referente à escola. Há quem

prefira enfatizar a origem social e o destino profissional dos alunos. Outros preferirão mostrar sua relação com o mercado de trabalho. Outros, ainda, acentuarão o papel do currículo, os conteúdos, a formação dos professores e outros, os aspectos da arquitetura. Em suma, o privilegiamento de uma ou outra fonte determina um tipo de história.

c. *Os procedimentos e a narrativa:*

É possível que alguém, geralmente um ex-aluno, movido por sentimentos de reconhecimento e de saudade, se dedique, individualmente, a escrever a história da sua escola. Embora tal relato tenha sempre algum valor, dificilmente alcança o nível de objetividade científica, permanecendo no registro da memória individual. Em geral, a condição para realizar um trabalho rigoroso é a participação do pesquisador de um grupo de pesquisa ou de estudo que se interesse pelo assunto.

Inicialmente, o grupo, tendo em vista uma determinada instituição escolar, estuda textos, projetos, relatórios, publicações referentes ao tema. Estuda e discute também textos sobre questões teórico-metodológicas. Organiza e participa de eventos para o intercâmbio de experiências. Essas atividades ocorrem durante todo o trabalho da pesquisa.

Antes mesmo da elaboração do projeto, é imprescindível visitar a escola que se pretende estudar para conhecer os dirigentes, as instalações, verificar a existência e a possibilidade de acesso aos dados (arquivos) e obter informações (nomes, endereços) sobre ex-professores e ex-alunos da escola. Neste momento, o grupo se compromete com a direção da escola a entregar um exemplar do relatório final da pesquisa.

Uma vez elaborado o projeto, que deve conter o referencial teórico-metodológico e também os procedimentos de análise das diversas fontes, é preciso ler os documentos com uma postura própria do pesquisador que não se dirige aos dados de forma ingênua, esperando que eles falem por si, nem com uma explicação já pronta onde, necessariamente, os dados se encaixarão. Com efeito, ele tem hipóteses explicativas mas também é surpreendido por descobertas imprevisíveis. Por exemplo, quando nós pesquisávamos a história da Escola Normal de São Carlos, sabíamos que as atividades escolares não são indiferentes aos eventos políticos. Entretanto,

não imaginávamos a forma como os reflexos destes se dariam na escola. Assim, foi uma “surpresa” verificar que, por exemplo, nos conteúdos estudados bem como nos escritos dos alunos, enquanto a Revolução de 1930 era silenciada, a Revolução Constitucionalista de 1932 (na qual se envolveu a elite paulista) estava sempre presente, marcando conteúdos e até mesmo a organização dos professores e alunos da Escola. Isso quer dizer que o pesquisador deve proceder, na investigação, como um caçador que sabe existir caça naquele lugar e a procura; mas não sabe exatamente onde, quando e o que vai encontrar. Em outras palavras, o pesquisador sabe, em geral, que os eventos políticos influenciam a escola, mas não sabe como.

Ao proceder à análise dos documentos, realizando sucessivas leituras, o pesquisador, aos poucos, identifica núcleos conceituais, palavras recorrentes que lhe permitem elaborar categorias catalisadoras e organizadoras das informações. Estas categorias funcionam também como pontos de referência para elaborar o roteiro de eventuais entrevistas e questionários. Em nossas pesquisas, temos utilizado categorias como tempo, espaço, saberes escolares, estrutura do poder, professores, alunos, clima cultural etc. Por isso, o recurso aos depoimentos não pode ser apressadamente utilizado, já no início da pesquisa. É preciso, antes, adquirir um certo conhecimento das questões chaves. Caso contrário, os depoimentos, que são sempre muito trabalhosos, serão pouco frutíferos. Os dados obtidos pelas diversas fontes, organizados e interpretados a partir de algumas categorias de análise, conduzem o pesquisador a escrever um relatório final.

De posse de todas as informações e após discussões, análises e anotações parciais, chega o momento de redigir o relatório final que, para nós, é a peça mais importante da pesquisa. É um momento de síntese para posterior divulgação. É resultado de um ato complexo, às vezes, demorado e, sempre, sofrido. Contém elementos científicos, técnicos mas também literários. Exige experiência e, sobretudo, muita criatividade.

Há pesquisadores que não atribuem um significado especial ao relatório final. Mas, para quem acredita que a divulgação do saber tem um peso cultural tão importante quanto sua produção, a forma narrativa do relatório final é essencial. Poderíamos citar o exemplo do famoso livro de Carlo Ginzburg - O queijo e os vermes – cuja forma narrativa foi o segredo de sua enorme difusão no mundo. Ele próprio

afirma que a forma narrativa utilizada visou a levar informações históricas científicas para o grande público extrapolando o círculo dos especialistas sem que, no entanto, fossem banalizadas. Parece simples, mas isso exige talento literário.

Aliar o rigor científico à capacidade literária é justamente o segredo das obras clássicas, como, por exemplo os escritos de Santo Agostinho, de Machiavel, Rousseau e tantos outros. O senso comum, inclusive o acadêmico, distingue o rigor científico da forma literária ao relacionar literatura com obra de ficção, e isto leva a desconsiderá-la nos escritos científicos, talvez por se considerar ficção como mentira. Entretanto, ficção é uma outra forma da verdade. Esta separação encobre a endêmica incapacidade de escrever bem do coletivo acadêmico.

Retornando à questão do relatório final da pesquisa sobre uma instituição escolar, sugerimos um roteiro-guia:

- *criação e implantação da escola* - neste item, é importante focalizar a situação econômica e social da região (contexto) quando da criação da escola, as articulações políticas e as justificativas apresentadas pelos seus propositores. A documentação, os jornais da época, discursos de inauguração são fontes relevantes.
- *evolução da escola* - neste item, o relatório deve mostrar as continuidades e as mudanças ocorridas na escola, desde sua implantação até o momento (recorte) que o pesquisador definiu como o período a ser estudado. É preciso atentar para as novas características que a sociedade foi adquirindo decorrentes das mudanças econômicas e demográficas, das modificações na legislação escolar, das conquistas científico-tecnológicas que influenciam os currículos e os conteúdos das disciplinas.
- *vida na escola* - neste tópico, o relatório deve focar o interior da instituição considerando: o prédio e as instalações; os alunos; os professores e administradores; os saberes escolares; as normas disciplinares; o clima cultural (organização, manifestações, publicações, realização de eventos) etc.
- *trajetórias de ex-alunos* - o estudo de trajetórias escolares e profissionais é um recurso metodológico importante para se compreender as necessidades que a sociedade, numa dada época, tem de determinados profissionais como, também, a própria inserção desses profissionais na sociedade. Dessa forma, é possível avaliar o significado social da escola. As histórias de

vida de um número estatisticamente significativo de ex-alunos não interessam por elas próprias, constituem a matéria prima para a elaboração das trajetórias. Interessa-nos captar, por meio delas, o perfil do profissional formado pela instituição e sua posterior inserção profissional. Ou seja, as trajetórias, ainda que pessoais, revelam a natureza de uma escola e da sociedade em que os formandos se inserem.

As trajetórias que reconstruímos em nossas pesquisas partem de informações relativas à família do formando: profissão dos pais, número de irmãos, lugar de nascimento na fratria, local de moradia, classe social. Com relação à escolarização, a entrevista solicita informações sobre o percurso escolar desde o início até o ingresso e a conclusão do curso. Em seguida, focaliza a inserção e a carreira profissional dos formados. Em síntese, a trajetória é estruturada em três momentos: antes da escola, durante o período escolar e após a formatura. É importante observar que as conclusões que o pesquisador tira do estudo das trajetórias não decorrem prioritariamente de análises quantitativas. O significado social de uma escola é apreendido pela análise qualitativa das trajetórias de seus ex-alunos.

Finalmente, acreditamos que pesquisas sobre Instituições Escolares elevam nos educadores o nível de responsabilidade pelos seus atos e estimulam nos leitores o gosto pelos estudos da história local e nacional.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G.L. O Pensamento burguês no Seminário de Olinda. Ibitinga: Humanidades, 1993.
- ARAÚJO, J.C. e GATTI JÚNIOR, D.(orgs.). Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.
- BUFFA, E. A questão das fontes de investigação em História da Educação. Campo Grande: Série-Estudos, no.12, jul.dez.2001, p.79-86.
- _____. História e filosofia de instituições escolares. In: ARAÚJO, J.C.S e GATTI JÚNIOR,D. (org.) Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação pela imprensa. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002, p.1-14.

Instituições escolares... - Paola Nosella e Ester Buffa

BUFFA, E.; NOSELLA, P. A escola profissional de São Carlos. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

BURKE, P. A escola dos Annales (1929 – 1989); a Revolução Francesa da historiografia. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. A escrita da história: 2.ed. Novas Perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, C. F. Uma introdução à história. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARRATO, J.F. Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais, São Paulo: Nacional/EDUSP, 1968.

FERREIRA, M. M. e AMADO, J. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREITAS, M.C. de. Da Micro-História à História das Idéias. São Paulo: Cortez: USF-IFAN, 1999.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAÚJO, J.C.S. e GATTI JÚNIOR, D. (org.) Novos Temas em História da Educação Brasileira: instituições escolares e educação pela imprensa. Campinas: Autores Associados, Uberlândia: EDUFU, 2002, p.3-24.

_____. Reflexões teóricas sobre a história das instituições educacionais. Revista Ícone, Uberlândia, MG, v. 6, n.2, jul.dez. 2000, p. 131-147.

GINZBURG, C. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. Tradução de Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

MAGALHÃES, J. P. de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: SAVIANI, D., LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L.(orgs.). História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, S.P: Autores Associados, 1999.

MONARCHA, C. História da Educação Brasileira: esboço da formação do campo. In: Nascimento, T. et al. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica, Campinas: Autores Associados, 2007, p.125-150.

NOSELLA, P, BUFFA, E. Schola mater: a antiga escola normal de São Carlos 1911 – 1933. São Carlos, SP: EdUFSCar, 1996.

_____. Universidade de São Paulo: escola de engenharia de São Carlos; os primeiros tempos: 1948 – 1971. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

Instituições escolares... - Paola Nosella e Ester Buffa

NOSELLA, P. O Centro Universitário de Jaraguá do Sul: uma história de ousadia e determinação. Jaraguá do Sul, SC: Editora UNERJ. 2001.

NOSELLA, P., BUFFA, E. As pesquisas sobre Instituições Escolares: o método dialético marxista de investigação. ECCOS. São Paulo, v.7 n.2, julho de 2005. p.351-368.

PIGHIN, B.F. II Seminário di Concórdia-Pordenone. Pordenone: Seminário Diocesano, v. 1, 2004.

SAVIANI, D., LOMBARDI, J.C. e SANFELICE, J.L (org.). História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

TAMBARA, E. Problemas teóricos-metodológicos da história da educação. In: SAVIANI, D.; LOMBARDI, J.C.; SANFELICE, J.L. (org.) História e história da educação: o debate teórico-metodológico atual. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2000.

TANURI, L.M. A historiografia da educação brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à instalação dos cursos de Pós-graduação. In: MONARCHA, C. (org.). História da educação Brasileira: Formação do Campo, 2ª. ed. rev. e amp. IJUÍ: UNIJUÍ, 2005, p. 227-250.

Recebido em 9/5/2008

Aceito em 11/6/2008